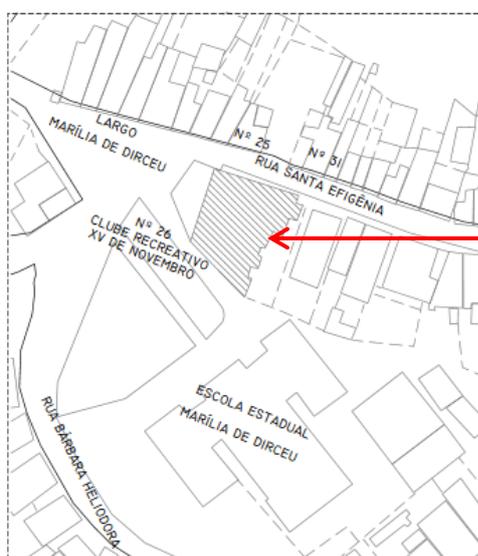


1- INTRODUÇÃO

O trabalho a seguir possui por finalidade a elaboração de um Dossiê de Restauro de uma edificação com valor cultural que passou por transformações e reformulações arquitetônicas ao longo de sua trajetória. Trata-se do casarão que abriga atualmente a sede do Clube Recreativo XV de Novembro (Fig. 1). Localizado no bairro do Antônio Dias (Fig. 2) no início da Rua de Santa Efigênia próximo ao largo Marília de Dirceu, este edifício é parte integrante do conjunto histórico arquitetônico que compõem o caminho tronco onde se iniciou o povoado de Vila Rica cidade de Ouro Preto. Neste contexto de representatividade e preservação que se encontra inserido o objeto de estudo deste trabalho.



Fig. 1- Vista frontal do Casarão sede do Clube Recreativo XV de Novembro
Autoria: Roberta Silva
Data: Março de 2016



Clube Recreativo
XV de Novembro

Fig. 2- Mapa de localização da edificação
Autoria: Roberta Silva
Data: Março 2016

Ouro Preto é detentor de um belo acervo da arquitetura barroca colonial, sendo uma síntese da arte mineira tanto pela sua representação na história como também pela preservação da sua autenticidade, que é presenciada sobre tudo em suas edificações referenciadas nos casarões, igrejas, chafarizes e pontes tendo sido “[...] declarada Monumento Nacional e tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, por seu conjunto arquitetônico e urbanístico [...]”¹.

A escolha da edificação para a realização deste dossiê foi determinada por uma série de fatores, sendo os principais sua importância histórica e cultural para a cidade e suas características, tendo em vista que para a elaboração de um dossiê de restauro para qualquer obra arquitetônica deve-se efetivar um cuidadoso estudo do elemento, regido sobre diversos pontos de vista que analisem a sua posição no contexto territorial ou no tecido urbano, os seus aspectos tipológicos, a sua condição física, os seus sistemas e características estruturais.

A elaboração deste dossiê de restauro permitiu identificar as características arquitetônicas da edificação, bem como seu estado de conservação. Para a realização deste foi considerados os aspectos históricos e culturais da construção, o contexto atual em qual esta inserido e as alterações estruturais sofridas ao longo do tempo.

Para embasar o estudo da edificação foi realizado, levantamento de aparato teórico histórico da edificação, subsídios sobre as condições técnicas e estruturais do bem através de observações e documentações de vistorias realizadas anteriormente pelos órgãos competentes (Prefeitura municipal, Secretária de Patrimônio e IPHAN-Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), elaboração de mapeamento de danos através das observações e análise geral do atual estado de conservação do bem.

A metodologia aplicada para o desenvolvimento deste material de estudo foi feita em três importantes passos: Pesquisa de Campo, Pesquisa Bibliográfica e Pesquisa Documental.

A pesquisa bibliográfica foi fundamentada em estudos de especialistas no assunto destacando autores como: Sylvio de Vasconcellos, Isabelle Cury, Françoise Choay, Carlos A.C. lemos e José Antônio Viana Lopes.

¹O Decreto nº 22.928 de 12 de junho de 1933 erigiu a cidade de Ouro Preto em Monumento Nacional. Os monumentos ligados à história da pátria bem como as obras de arte que compõem o patrimônio da cidade foram confiados aos cuidados e à guarda do Estado, do Governo de Minas Gerais e da Municipalidade de Ouro Preto. O conjunto arquitetônico e urbano da cidade foi, em seguida, tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atualmente IPHAN) e registrado no Livro de Tombo em 20.4.1938.

Seguindo o processo pela identificação e conhecimento de documentação do bem, tendo sido estas informações obtidas através de consultas aos arquivos (publicações e arquivos digitais) IPHAN e Secretária de Patrimônio.

Posteriormente a esta etapa a realização da visita “*in loco*” ao edifício, onde através de observações foi desempenhada uma análise prévia (superficial) do estado de conservação do bem, o modo como esta sendo utilizado e a compatibilidade de suas estruturas tanto arquitetônicas como histórica.

Em seguida realizada produção textual do registro evolutivo do elemento, estando neste descritos, o contexto histórico no qual a edificação foi construída, data e informação sobre o período da construção, identificação de seu uso primitivo e das posteriores e informações que explanassem as transformações ocorridas durante toda a sua existência.

Seguindo o procedimento de concepção textual, realizou-se também o registro fotográfico do elemento e levantamento fotográfico histórico com objetivo de trabalhar com dados visuais comparativos, o que nos permitiu traçar uma linha evolutiva que ilustrasse as modificações realizadas e as consequências físicas e históricas sofridas pelo bem com este processo.

Após o levantamento e organização contextual, foi necessário ainda realizar uma descrição sumária dos elementos artísticos integrados existentes na edificação, uma vez que estes são partes integrantes de grande importância da história da construção.

Por fim foi elaborado o mapeamento e diagnóstico de todo tipo de dano encontrado no edifício até este momento, descrição dos mesmos relacionando os sintomas, os agentes e as causas, devidamente registrado e identificado através do mapeamento dos elementos e fotografias correspondentes, que futuramente poderá ser utilizado como base para a realização de um projeto de restauro que visse a reabilitação da edificação e uma proposta de utilização mais adequada do espaço.

2. LEVANTAMENTO

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS

2.1.1 Breve histórico da cidade de Ouro Preto e o bairro Antônio Dias

A cidade de Ouro Preto (Fig.3) está localizada geograficamente no estado de Minas Gerais, possuindo uma grande representatividade na história do país devido ao seu valor histórico, arquitetônico e paisagístico, que são referências no entendimento sobre patrimônio cultural do Brasil desde a década de 1930².



Fig.3- Detalhe parcial da cidade de Ouro Preto, vista a partir do bairro Alto das Dores.

Autoria: Roberta Silva
Data: 26 de Março 2016

Historicamente a cidade de Ouro Preto surgiu tendo como ponto de partida o Vale do Tripuí, lugar em que primeiro e por acaso se verificou a existência de ouro (CABRAL, 1969).

Esta descoberta de riquezas atraiu para a região pessoas de diversas localidades do país, o que acabou por provocar a necessidade de estrutura de sobrevivência, suscitando essas nos primeiros vestígios de povoamento que mais tarde seriam então o início dos arraiais.

Com o passar do tempo houve crescimento do povoamento e estes arraiais foram aumentando seu território, tornando-se cada vez mais próximos resultando na formação

²Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br>. Acesso em 15 Março 2016.

do então Núcleo de Vila Rica sendo este composto pelo arraial do Pilar e o de Antônio Dias.

Este traçado urbano colonial cresceu em torno de um eixo denominado “Caminho Tronco” (Fig. 4), termo este criado pelo historiador/arquiteto, Sylvio de Vasconcellos em seu estudo sobre Vila Rica, que definia da seguinte forma a configuração.

Do alto das cabeças, inicia-se um caminho que dá origem à rua principal, que, pelas margens do Rio Funil, desce até o Antônio Dias. Às margens do córrego do Antônio Dias e de Ouro Preto surgiram os dois primeiros povoados – Antônio Dias e Ouro Preto (o atual Pilar). A rua principal atravessa toda a vila; após passar por Antônio Dias, sobe a ladeira Santa Efigênia e se precipita em descida para o Pe. Faria. (Vasconcellos, 1956).



Fig.4- Ilustração do “Caminho-tronco”
Fonte: Sylvio Vasconcellos (1977, p.53).

Em dez anos, Vila Rica se tornou um núcleo populacional expressivo a ponto de ser elevada, em 1711, à categoria de vila, com o nome de Vila Rica de Albuquerque. Com a abundância de riqueza do ouro, a inicialmente rústica Vila Rica, tornou-se um centro urbano marcado por intensa vida social e econômica, traduzidas por ricos e suntuosos edifícios³.

Sendo elevada à categoria de vila “Vila Rica” em 1711, Ouro Preto se tornou um importante marco e referência do processo de colonização portuguesa do território mineiro.

³Trecho de texto retirado da publicação “Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: sudeste e sul. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005. 78 p. (Programa Monumenta, v. II) (cadernos técnicos 4).

Este apogeu da mineração do ouro em Vila Rica perdurou de 1725 até 1750, quando iniciam os primeiros sintomas de decadência das minas, entrando em um processo de estagnação com o declínio da produção aurífera, em meados do século XVIII.

Já em 1823, em decorrência da independência do Brasil, Vila Rica foi elevada por D. Pedro I, se tornando a “Imperial Cidade de Ouro Preto”.⁴

Ao final do século XIX, com a proclamação da república, a capital do Estado de Minas Gerais foi transferida de Ouro Preto para Belo Horizonte está então sofre um longo período de estagnação. A cidade perdeu de imediato, parte expressiva de sua população com o êxodo dos moradores, em 1902, a população se resumiria em cerca de dez mil habitantes.⁵

Este período de estagnação foi um dos grandes responsáveis diretos da manutenção do patrimônio arquitetônico e artístico da cidade (considerando processos de alterações arquitetônicas que descaracterizassem o conjunto), o que proporcionou a Ouro Preto se tornar um sítio histórico preservado e receber o título de “Patrimônio Cultural da Humanidade”, no ano 1980, honraria esta concedida pela “UNESCO”⁶.

Bairro Antônio Dias

A concepção e ocupação do Bairro Antônio Dias está diretamente ligada à origem da cidade de Ouro Preto, uma vez que este foi um dos primeiros arraiais de exploração do ouro e colonização da cidade.

Segundo Cabral (1969) entre os anos de 1690 e 1701 o explorador Antônio Dias de Oliveira unido a outros bandeirantes chegou às encostas da hoje -Ouro Preto- atrás do precioso metal.

Tendo sido encontrado o tão almejado ouro, o grupo de bandeirantes do qual Antônio dias fazia parte se subdividiu, sendo feita então a partilha da terra encontrada de forma que a ocupação e exploração de cada bandeirante se limitassem ao seu território.

⁴Trecho extraído do decreto de 24 de fevereiro de 1823

Como decreto imperial de 24 de Fevereiro de 1823, elevasse à cidade todas as vilas que eram capitais, no Brasil, Vila Rica sendo a capital da Província de Minas Gerais, foi também elevada à cidade pela Carta-Régia de 20 de Março daquele ano com denominação de Imperial cidade de Ouro Preto (Coleção de Leis do Império do Brasil - 1823 Página 40 Vol. 1).

⁵ Conferir: Cabral (1969, p. 303-306).

⁶ O reconhecimento mundial deve-se principalmente ao fato de Ouro Preto constituir-se em um sítio urbano completo e pouco alterado em relação à sua essência, que é de formação espontânea a partir de um sistema minerador, seguido por uma marcada presença dos poderes religioso e governamental e pelas fortes expressões artísticas que se destacam por sua relevância internacional. Seu traçado urbano colonial mantém-se intacto. Os exemplares das arquiteturas religiosa e civis mais expressivos, bem como as suas obras-de-arte, encontram-se preservadas. Disponível em: www.iphan.gov.br/: Acesso em 15 Março 2016.

Historicamente a região onde se fixou Antônio Dias é justamente a área onde hoje se encontra o bairro (Figs.5 e 6) que leva seu nome.

Antônio Dias era considerado um explorador audaz, e devido a sua bravura foi nomeado capitão –guarda- mor dos descobrimentos realizados daquele momento em diante pelo então Governador Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho, tendo seu território estendido pelo morro das encardideiras, espalhando até a barra, subindo depois o vira-saia (CABRAL, 1969).



Fig.5- Vista parcial do bairro Antônio Dias início da década de 1930.
Autoria: Luiz Fontana
Fonte: IFAC.



Fig.6- Vista parcial atual do bairro Antônio Dias
Autoria: Roberta Silva
Fonte: Fevereiro 2016.

O desenvolvimento do arraial foi intenso, no início era um dos dois principais arraiais sendo Nossa Senhora do Pilar o outro a se destacar, estes unidos formavam a então Vila Rica de Albuquerque. Com o passar do tempo devido ao crescimento de ambos e a crescente ganância iniciou-se uma rivalidade entre os dois lados.

Outro motivo, das desavenças, era porque as grandes minas ficavam no Antônio Dias, mas se negociava o ouro no Pilar, acabando por enriquecer mais o lado do Pilar do que do Antônio Dias.

Havia, também, grandes disputas nas realizações de festas religiosas e profanas. Era tamanha rivalidade que as procissões que saíram da Matriz do Pilar só iam até o morro de Santa Quitéria, de lá o Santo era entregue aos moradores do Antônio Dias, que continuavam a procissão até a Matriz de Nossa Senhora da Conceição e vice e versa.

O limite entre os dois arraiais era o morro de Santa Quitéria, (atual Praça Tiradentes) que quando não respeitado por qualquer um dos lados dava origem a brigas violentas em defesa do território.

Segundo Bohrer (2011)⁷, esta diferença, outrora bem mais evidente, foi batizada com terminologia própria pelo menos desde o século XIX: os Pilar eram chamados de Mocotós e os de Antônio Dias, de Jacobas. As explicações sobre a origem destes termos são as mais variadas. Em 1967 Alcebíades Taciano Jerônimo propôs baseado em tradição anterior, que o termo “Jacobas” era corruptela popular de jacobino, nome de grupamento importante na Revolução Francesa, em 1789. Mas, por que esta origem distante. Em Antônio Dias residiam os elementos políticos mais irrequietos e os democratas mais destacados da cidade. E “Mocotós”? Para Alcebíades o termo vem do orgulho pitoresco dos moradores do Pilar de Ouro Preto, que se auto-intitulavam Pés-de-Boi ou Mocotós (segundo o mesmo pesquisador o termo também pode ser empréstimo do congolês “macota”, que significa pessoa com influência).

O fato é que todas essas desavenças históricas no decorrer dos anos acabaram por construir a configuração espacial e desenvolvimento singular de ambos.

No que diz respeito ao Arraial do Antônio Dias, este possui em seu território pontos de grande relevância artística e arquitetônica podendo ser citados: o Passo do Pretório, ou Antônio Dias, localizado na parte baixa da Rua Cláudio Manuel; em frente dele, o belo Chafariz do Antônio Dias; o Clube XV do Novembro objeto de estudo

⁷BOHRER, Alex Fernandes. <http://www.ouropreto.mg.gov.br/historia>.

deste trabalho, atrás do Chafariz de Marília; o Oratório de Nossa Senhora do Despacho, na esquina da Rua dos Paulistas com a Rua Bernardo Vasconcelos; o Chafariz do Santuário de Nossa Senhora da Conceição, anexado a esta igreja; a Casa do Presidente Pedro Aleixo, hoje, Núcleo de Arte da Fundação de Arte de Ouro Preto – FAOP; o Chafariz e o Oratório do Vira Saia, que ficam num ponto intermediário do Bairro Antônio Dias e o Alto da Cruz.

Outro ponto a ser considerado como referência do Bairro Antônio Dias, apesar de se localizar no Bairro do Alto da Cruz, é a Igreja de Santa Efigênia, antiga Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Ela, devido a sua alta localização (Fig.7), serve como demarcação da área que delimita, ao fundo, o Bairro Antônio Dias. Sua construção data de 1720 a 1785 e dita a história oral que foi erguida com o ouro tirado por Chico Rei da Mina da Encardideira e que, também, é muito próxima ao Bairro Antônio Dias.



Fig.7- Vista da ladeira de Santa Efigênia, detalhe em primeiro plano da parte posterior da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição e em segundo plano no alto da ladeira a Igreja de Santa Efigênia.

Autoria: Roberta Silva

Data: Fevereiro/ 2016

2.2 O ENTORNO DO CASARÃO DO CLUBE XV NOVEMBRO: ASPECTOS SOCIOCULTURAIS, URBANOS E ARQUITETÔNICOS E GEOGRÁFICOS-NATURAIS.

O acervo arquitetônico e urbanístico do bairro especificamente da área delimitada (Fig.8), é composto de diversas edificações de períodos entre os séculos XVIII e o XX sendo a maioria remanescente do período colonial, obedecendo à tipologia típica desse período com os elementos e técnicas característico tendo sido edificadas emparelhadas umas às outras, “parede-meia” resultando no traçado das ruas principais.



Fig.8- Delimitação do entorno do Casarão do Clube XV de Novembro
Autoria: Roberta Silva
Data: Fevereiro 2016.



Fig.9- Vista parcial do entorno
Autoria: Roberta Silva
Data: Fevereiro 2016.

As edificações possuem ainda características uniformes e contínuas que evidenciam ainda mais a configuração do conjunto arquitetônico (Figs. 9 e 10) prevalecendo sobre as características individuais. O estado de conservação das construções pode ser considerado bom, apesar do aparente número de modificações existentes, principalmente na parte posterior das casas onde se observa acréscimos que as descaracterizam.



Fig.10- Vista área das edificações do bairro
Antônio Dias em destaque o
Casarão do Clube XV de Novembro
Fonte: Googlemaps/2015.

A tranquilidade e as características das casas com quintais e jardins, dão ao bairro uma vocação para área residencial, além de ser também uma alternativa de fluxo de trânsito para os bairros vizinhos Alto da Cruz e Padre Faria e para a cidade vizinha, Mariana, tanto de ida como de volta.

2.2.1 Aspectos socioculturais

O ponto de maior destaque do entorno é o Largo Marília de Dirceu e a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, estes se encontram localizados no núcleo central da região onde se realiza a maior parte das atividades sociais.

O largo caracteriza-se por ser um amplo espaço ladeado por diversas edificações e que frequentemente é utilizado para a realização de atividades tais como: prestação de serviços, culturais (shows e apresentações) (Figs. 12,13 e 14), religiosas (procissões) (Figs.15 e 16) e feiras (Fig.11).



Fig.11- Feira de hortifrúti realizada todo domingo no Largo.
Fonte: Marília & Dirceu culinária e Arte.
Ano: 2015



Fig.12- Apresentação de teatro no Largo.
Fonte: Marília & Dirceu culinária e Arte.
Ano: 2015



Fig.13- Festival de verão
Fonte: Marília & Dirceu culinária e Arte.
Ano: 2014



Fig.14- Bloco de carnaval
Fonte: Marília & Dirceu culinária e Arte.
Ano: 2016



Fig.15- Festa em honra a Santa Efigênia
 Fonte: Marília & Dirceu culinária e Arte.
 Ano: 2014



Fig.16- Cartaz de divulgação da Festa de Santa Cruz.
 Fonte: Marília & Dirceu culinária e Arte.
 Ano: 2013

Com relação à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição do Antônio Dias, está possui uma grande importância para os moradores por se tratar de uma referência religiosa /espiritual para a comunidade local.

De acordo com as informações históricas disponibilizadas pelo IPHAN, a iniciativa da edificação da Igreja, foi do bandeirante Antônio Dias que mandou construir a então capela em honra a Nossa Senhora da Conceição no ano de 1699.

Em 1705, instituída como Matriz o edifício foi provavelmente ampliado para adaptar-se à nova função. O rápido crescimento da população do arraial de Antônio Dias que, em 1711, passara a fazer parte da recém – criada Vila Rica exigiu a construção de um novo templo.

Em 1727 iniciou-se a construção da atual matriz, cujo projeto é atribuído a Manoel Francisco Lisboa. Os trabalhos iniciados antes da Matriz do Pilar seguiram em ritmo mais lento prosseguindo até 1756, quando se inicia a talha da capela-mor e posteriormente as obras de pintura e douramento. Os altares da nave são bem mais antigos, podendo incluir, como no caso da Matriz do Pilar, peças remanescentes da primitiva. A decoração interna da nave é atribuída a Manoel Francisco Lisboa. A talha da capela-mor é atribuída a Jerônimo Félix Teixeira e Felipe Vieira, discípulos de Noronha e Xavier de Brito.

Em 1939 foi tombada como patrimônio histórico, estando o registro no Livro de Belas Artes inscrição 247, nº processo 0075-T-38 de 08-09 1939⁸.

⁸Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1381. Acesso em: 20 Fev. 2016.

Devido as suas más condições de conservação a Matriz (Fig.17) foi fechada em Fevereiro de 2013, e deste então tem passado por processos de restauro com objetivo de restabelecer sua unidade estética e função a qual se designa.

O Largo e a Igreja se encontram localizados no núcleo central da região onde se unifica a maior parte das atividades comerciais e culturais. Caracterizam-se por um amplo espaço ladeado por diversas edificações e que frequentemente é utilizado para a realização de atividades culturais de entretenimento dos moradores.



Fig.17. Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição do Antônio Dias
Autoria: Roberta Silva
Data: Fevereiro/ 2016



Fig.18. Celebração do Jubileu de Nossa Senhora da Conceição 2013
Autoria: Fabiano Magalhães
Data: 08 Dez 2013



Fig.19-Procissão do Jubileu de Nossa Senhora da Conceição 2013
Autoria: Fabiano Magalhães
Data: 08 Dez 2013



Fig.21- Detalhe de edificação com tipologia de cobertura de duas águas
 Autoria: Roberta Silva
 Data: Fevereiro/ 2016



Fig.22- Detalhe de edificação com tipologia de cobertura de quatro águas
 Autoria: Roberta Silva
 Data: Fevereiro/ 2016

As construções são erguidas em um (Fig.24), dois (Fig.25) e até três (Fig.26), pavimentos, tipicamente coloniais em sua maioria, de parede de meia, seguem a volumetria prismática a maioria dos terrenos apresenta parcelamento retangular (Fig.27).

Tipologia de volumetria



Fig.23- Mapa de tipologia de cobertura
 Autoria: Roberta Silva
 Data: Fevereiro 2016.



Fig. 24. Edificação de um pavimento
 Autoria: Roberta Silva
 Data: Fevereiro/ 2016



Fig. 25. Edificação de dois pavimentos
 Autoria: Roberta Silva
 Data: Fevereiro/ 2016



Fig. 26. Edificação de três pavimentos
 Autoria: Roberta Silva
 Data: Fevereiro/ 2016



Fig.2. Detalhe das edificações erguidas em formato retangular no nível da rua
 Autoria: Roberta Silva

As casas são de alvenaria, quase sempre brancas ou em cores claras (Fig.28). As esquadrias são de madeiras pintadas em cores fortes como o azul colonial, verde esmeralda e magenta, os elementos estruturais são aflorados na fachada, marca da tipologia colonial, e os caixilhos são brancos, prevalece ainda às janelas tipo guilhotinas.



Fig.28. Detalhe da alvenaria das edificações em tons claros e esquadrias nas cores azul colonial, magenta e marrom
 Autoria: Roberta Silva
 Data: Fevereiro/ 2016

A região é caracterizada pelo uso predominante de imóveis residenciais (Fig.30), encontrando-se algumas edificações de uso misto (Fig.31), - residencial e comercial. Existem ainda edificações com outras finalidades como a hospedagem – Hotel Luxor e dois hostels- (Fig.32), público (institucional) que abriga a Escola Estadual Marília de Dirceu e religioso (Fig.34), a Matriz Nossa Senhora da Conceição (Fig.33), onde também se encontra o museu do Aleijadinho.

Tipologia de uso



Fig.29- Mapa de tipologia de uso
 Autoria: Roberta Silva
 Data: Fevereiro 2016.



Fig.30. Edificações de uso residencial
 Autoria: Roberta Silva
 Data: Fevereiro/ 2016



Fig.31. Edificações de uso misto residencial /comercial e uso comercial
 Autoria: Roberta Silva
 Data: Fevereiro/ 2016



Fig.32. Edificação de uso- hospedagem
Autoria: Roberta Silva
Data: Fevereiro/ 2016



Fig.33. Edificação de uso religioso- Igreja
Nossa Senhora da Conceição
Autoria: Roberta Silva
Data: Fevereiro/ 2016



Fig.34. Edificação de uso institucional – Escola Estadual
Marília de Dirceu
Autoria: Roberta Silva
Data: Fevereiro/ 2016

Existem ainda no entorno outros elementos arquitetônicos de grande importância; O Chafariz Marília de Dirceu⁹ (Fig.35), Chafariz da Rua Barão de Ouro Branco (Fig.36), Oratório do Vira Saia¹⁰ (Fig.38), e a Ponte do Antônio Dias¹¹ (Fig.37), sendo todos estes também tombados como patrimônio histórico.

⁹ Tem este nome por se situar próximo da casa onde residiu Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, a Marília de Dirceu (musa de Tomás Antônio Gonzaga, poeta e integrante da Inconfidência Mineira, que se autodenominava Dirceu, em seus poemas). A construção do chafariz foi uma iniciativa do Senado da Câmara de Ouro Preto, e construído por Manuel Francisco Lisboa, em 1759 e é bastante forte a hipótese da participação de Aleijadinho nos ornatos de pedra-sabão. O Chafariz de Marília é considerado um dos mais importantes do Brasil. Possui quatro carrancas com as respectivas bicas e tanque com quatro cavidades em forma de campânula invertida. Na parte de baixo, grande taça recebendo a água. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1381. Acesso em: 20 Fev. 2016.

¹⁰ Localiza-se na Rua Barão do Ouro Branco, esquina da Rua Santa Efigênia, antiga ladeira de Santa Efigênia. Foi construído, provavelmente no século XVIII, uma vez que está ligado a uma lenda da região que versa sobre um bando de contrabandistas de ouro da época, conhecido como a quadrilha do Vira Saia. O oratório se constitui em um nicho em arco pleno, com frontão triangular recoberto de telhas do tipo canal. No seu pedestal, encontra-se um elemento decorativo formado por curvas e contracurvas, arrematadas em volutas estilizadas. De aspecto rústico e singelo, não apresenta imagem, apenas uma cruz tosca, envolvida em papel picado e que somente é exposta em datas festivas. Texto extraído de: SIMÕES, Josanne Guerra, FURTADO, Júnia Ferreira. Ouro Preto Revisitada: roteiro histórico de seus monumentos esquecidos. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1381. Acesso em: 20 Fev. 2016.



Fig.35. Detalhe do Chafariz Marília de Dirceu
Autoria: Roberta Silva
Data: Fevereiro/ 2016

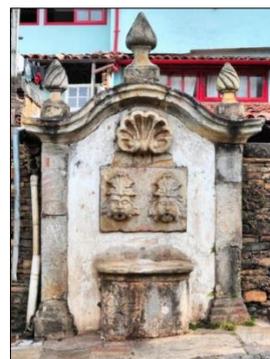


Fig 36. Detalhe do Chafariz da Rua Barão do Ouro Branco
Autoria: Roberta Silva
Data: Fevereiro/ 2016



Fig.37- Vista parcial da ponte do Antônio Dias
Autoria: Roberta Silva
Data: Fevereiro/ 2016



Fig.38- Vista oratório do Vira Saia
Autoria: Roberta Silva
Data: Fevereiro/ 2016

Em relação ao traçado viário este possui característica orgânica seguindo a topografia acidentada, com ruas pavimentadas com paralelepípedos (Fig.39), que proporcionam dois sentidos do fluxo do trânsito nas ruas Santa Efigênia, Bárbara Heliodora, Dr. Alfredo Baeta, Barão do Ouro Banco e Arthur V. dos Santos e de sentido único nas ruas da Conceição e Bernardo Vasconcellos. O movimento de veículos é intenso, em função de ser uma alternativa de caminho para os bairros vizinhos

¹¹Construída entre os anos 1745a1757 é a ponte mais importante da cidade, pelas suas dimensões e harmonia de proporções e considerada a mais bonita da cidade. É também, a única ponte romana existente na cidade (duas conversadeiras e duplo arco romano), construída sobre o córrego de Antônio Dias. É Terceira ponte citada por Gonzaga, ficou conhecida como “Ponte de Marília” ou “Ponte dos Suspiros”.Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1381. Acesso em: 20 Fev. 2016.

principalmente do Alto da Cruz e Padre Faria, sendo restrito ao fluxo de veículos pesados (conforme dispõe a lei específica).



Fig.39. Detalhe do calçamento da rua (paralelepípedos) e calçadas estreitas
Autoria: Roberta Silva
Data: Fevereiro/ 2016

Devido à inclinação das ruas o fluxo de água pluvial é intenso em direção à parte mais baixa do bairro, para o escoamento da mesma o entorno conta com bocas de lobo (Fig.40), por toda a extensão viária.



Fig.40 Detalhe da drenagem pluvial
Autoria: Roberta Silva
Data: Fevereiro/ 2016

O entorno conta com a mínima disponibilidade de mobiliários urbanos; lixeiras (Fig.42) em razoável estado de conservação; bancos (Fig.43) de praça em estado de degradação, placas de trânsito indicando o controle e andamento do trânsito e local destinado a estacionamento (Fig.44), e postes de luz de ferro fundido para iluminação

pública com fiação área direta (Fig.46), e arandelas fixadas à fachada de algumas construções para iluminação indireta (Fig.45) e pontos de ônibus.

Mobiliário urbano



Fig.41- Mapa de mobiliário urbano
 Autoria: Roberta Silva
 Data: Fevereiro 2016.



Fig.42- Mobiliário urbano- lixeira
 Autoria: Roberta Silva
 Data: Fevereiro/ 2016



Fig.43- Mobiliário urbano- bancos
 Autoria: Roberta Silva
 Data: Fevereiro/ 2016



Fig.44- Detalhe placa de sinalização-
estacionamento
Autoria: Roberta Silva
Data: Fevereiro/ 2016



Fig.45- Detalhe da iluminação indireta
Autoria: Roberta Silva
Data: Fevereiro/ 2016



Fig.46- Detalhe da iluminação direta
Autoria: Roberta Silva
Data: Fevereiro/ 2016

2.2.3 Aspectos geográficos- naturais

Topograficamente (Fig.48), do bairro está localizado em uma região rebaixada da cidade mais com destaque, estando rodeado por ladeiras podendo ser contemplado de diversos pontos inclusive da praça principal (Tiradentes).

Existe em seu território um curso de água (córrego) (Fig.49), que cruza parte da extensão do bairro em direção à parte mais baixa da cidade, passando por debaixo da ponte que está situada no largo onde também se localiza o objeto de estudo, possuindo estes uma distância aproximada de 100 metros um do outro.

A região possui a presença de declives que fazem parte da formação do bairro e deu origem as ladeiras que o circundam, dando destaque a ladeira de Santa Efigênia onde está localizado o Clube XV de Novembro.

O sol nascente incide parcialmente no objeto de estudo e o poente incide diretamente em sua fachada principal, existe a presença de ventilação e de luz natural durante todo o dia, pois se trata de uma área com edificações não muito altas e sem presença de obstáculos naturais. Praticamente todos os edifícios recebem luz em suas fachadas em algum momento do dia.

Vegetação

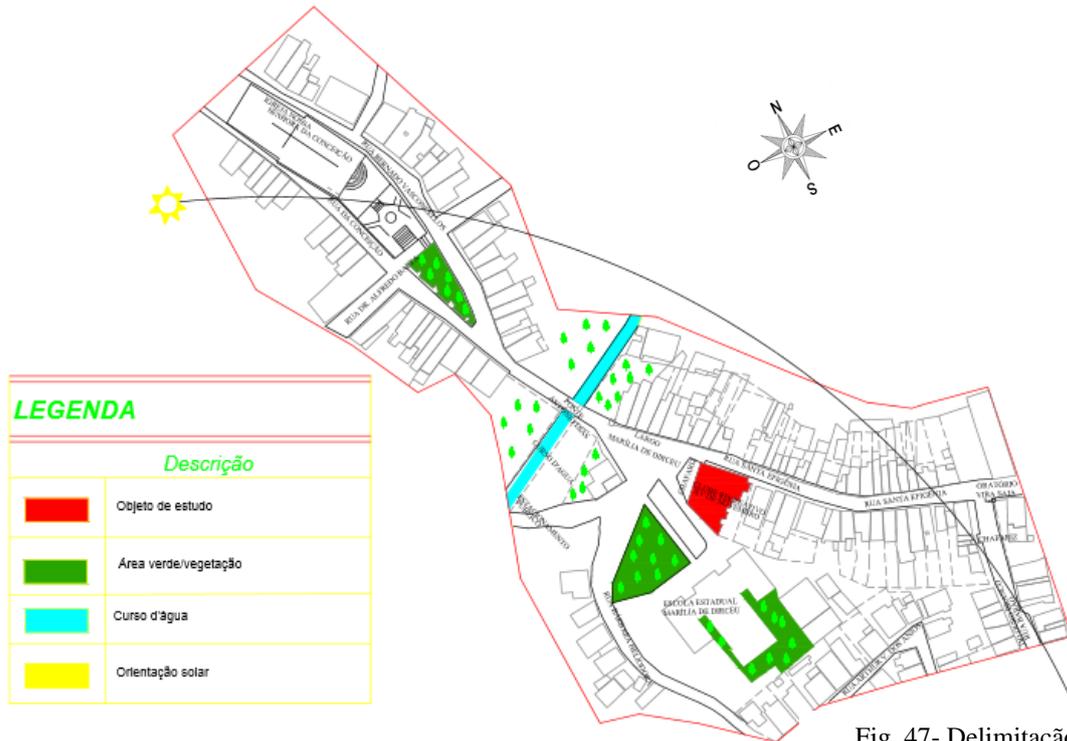


Fig. 47- Delimitação do entorno do Casarão do Clube XV de Novembro
 Autoria: Roberta Silva
 Data: Fevereiro 2016.



Fig.48- Detalhe topografia-ladeira de Santa Efigênia
 Autoria: Roberta Silva
 Data: Fevereiro/ 2016



Fig.49- Detalhe córrego sob a ponte do Antônio Dias
 Autoria: Roberta Silva
 Data: Fevereiro/ 2016

A vegetação existente já não é mais nativa, o que se observa é a presença de árvores de pequeno e médio porte, localizados em jardins particulares, no adro da igreja (Fig.50), e na área da escola (Fig.51).



Fig.50 Detalhe área verde- jardim da praça
Autoria: Roberta Silva
Data: Fevereiro/ 2016



Fig.51 Detalhe área verde- jardim da Escola
Marília de Dirceu
Autoria: Roberta Silva
Data: Fevereiro/ 2016

2.3 O CASARÃO SEDE DO CLUBE RECREATIVO XV DE NOVEMBRO

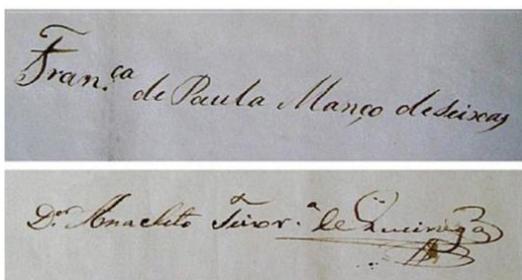
2.3.1 Histórico da edificação

O casarão que hoje abriga o Clube Recreativo XV de Novembro é uma construção remanescente do século XVIII, que possui poucas informações de sua edificação.

Historicamente a mesma teria sido de propriedade entre os séculos XVIII e XIX, da família de Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, a lendária Marília de Dirceu, não havendo documentos legais existentes sobre o início de sua edificação.

Ao que consta nos documentos salvaguardados no acervo do Arquivo Público Mineiro, Marília teria deixado registrado em testamento (Fig.52 e 53), a doação de seus bens, neste inclui o casarão, aos seus herdeiros universais Dr. Anacleto Teixeira de Queiroga e D. Francisca de Paula Manso de Seixas¹².

¹²Em 1836, com 69 anos, ela providenciou e assinou seu testamento, que o tabelião aprovou em 16 de maio de 1840. Dele constam como seus testamenteiros e herdeiros Dona Francisca de Paula Manso de Seixas, que vivia com ela, e o Sr. Anacleto Teixeira de Queiroga, residente no Rio de Janeiro. Maria Dorotéia era madrinha de batismo de Anacleto, mas alguns autores afirmam que ele era filho ilegítimo dela com um homem chamado Dr. Queiroga. Essa história gerou polêmica entre pesquisadores e descendentes da família de Maria Dorotéia. Uns brigando para manter intacta a imagem de pureza e virgindade da mulher que se tornou a musa da Inconfidência Mineira; outros, pelo direito da mulher de reconstruir sua vida com outro homem. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/retrato/segredos-eternos-da-musa> . Acesso em 15 Março 2016.



Assinaturas do Dr. Anacleto Teixeira de Queiroga e de D. Francisca de Paula Manso de Seixas, herdeiros universais no testamento de Marília.

Fig.52 Detalhe da assinatura no testamento dos herdeiros universais de Marília de Dirceu.

Fonte: Arquivo Público Mineiro
<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>



Testamento de Maria Dorothea Joaquina de Seixas, Folha 1

Fig.53 Detalhe de trecho do Testamento de Marília de Dirceu.

Fonte: Arquivo Público Mineiro
<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>

Outra provável referência ao casarão é encontrada nos relatos da publicação de Thomaz Brandão de 1932 sobre o mito Marília de Dirceu.

“Certo de que sua permanência em Vila Rica seria definitiva ou pelo menos longuíssima duração, tratou Bernardo Ferrão (avô de Marília), logo que chegou de construir casa cômoda para sua família. Por este tempo 1744 o palácio do governo e o quartel dos dragões ficavam na freguesia do Antônio Dias. Influenciado talvez por está circunstância comprou um casebre que ocupava naquela freguesia excelente terreno, e neste edificou vivenda, numa pequena elevação ao lado direito da ladeira do Vira-Saia, e de frente a Igreja Matriz. Era um prédio de construção simples e aspecto severo, de um só pavimento, assentado sobre base alta. Tinha na fachada oito janelas amplas envidraçadas e no centro desta a porta principal, com patamar que se subia por uma escada de pedra de poucos degraus. A área que circundava era toda murada de pedra ocupada por horta, jardim, pomar e pátio. Havia ali senzalas, cavalariça coberta para resguardo das carruagens e arreios. No muitos quartos, todos espaçosos e mais compartimentos acessórios. Em frente à sala de visita ficava a capela da família. Atentos as suas abasta da dimensões deu-lhe o povo a denominação de casa grande” (Sanchez apud Brandão1932).

Entretanto segundo Salomão de Vasconcellos em seus estudos posteriores concluiu que a descrição da construção por Thomaz Brandão apesar de correta e detalhada, não se tratava do solar dos Ferrão (Clube XV de Novembro) e sim da casa principal ao lado onde hoje se encontra o Escola Estadual Marília de Dirceu.

“Certo, assim, de ter havido engano do ilustre escritor (Thomaz Brandão), quanto à identidade do prédio fomos revisitar os velhos livros de foros de Ouro Preto, desde a Sesmaria (1736), até a era de 1800. Folheamos demoradamente, página por página, uma e duas vezes os códices (registros por compilações de manuscritos, documentos históricos) 20, 38, 40, 52, 59 e 92 entre outros, e em nenhum deles encontramos vestígio algum de ter existido até 1800 o dito prédio da direita da ponte”. (Sanchez apud Vasconcelos 1960).

Apesar das divergências históricas sobre a real data de concepção da construção, a primeira referencia comprovada de documentalmente é de 1767 e trata-se do testamento de dona Francisca de Seixas da Fonseca (tia de Marília), que o teria deixado como herança a suas filhas, Thereza Matilde, Catherina Leonor, Joanna Rosa e Antônia¹³.

Já em 1892 o sobrado aparece citado como sendo de propriedade de Valeriano Manso da Costa Reis e herdeiros, sendo este casado com Ana Ricarda Cassimira de Seixas, irmã de Marília de Dirceu.

O fato é que existe uma lacuna histórica sobre a referida edificação que devido à inexistência de documentação que comprove a veracidade, não pode ser preenchida. Desta forma o histórico do casarão possui a maior parte das informações referentes ao século XX, período este no qual sua função já não é mais residencial passando a ser social tendo sido também neste intervalo onde ocorreu a maior parte das intervenções realizadas na estética da sua arquitetura.

Em inventariado realizado pela prefeitura de Ouro Preto em 2009, fatos importantes foi relacionado à história da edificação, de acordo com informações extraídas do jornal de Ouro Preto nº 46 de 1996, o até então solar dos Ferrões (Figs. 54 e 55), teria sido confiscada e posteriormente abandonado. Mais tarde, José de Castro (não se tem informações sobre a origem deste senhor) assumiu a casa por um tempo, mas a abandonando posteriormente, chegando neste período à edificação ao processo de ruínas.

¹³PROJETO MUSEU ABERTO – CIDADE VIVA: PESQUISA HISTÓRICA.

Conferir: APMOP -Livro de Tombos nº 5, nº registro 947, caixa 20. 1892. Arquivo Noronha Santos, IPHAN/Rio de Janeiro - Série Obras, caixa 223.

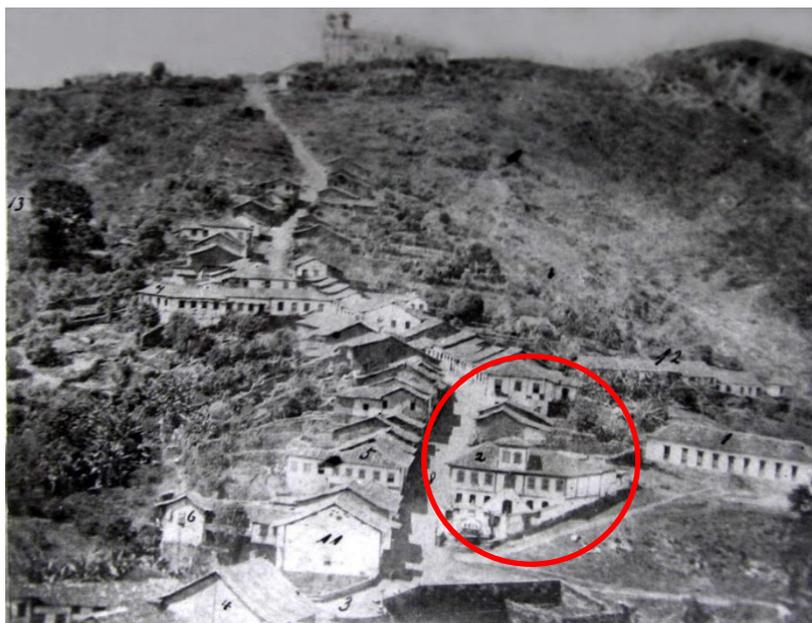


Fig.54 Ladeira de Santa Efigênia, provavelmente um dos primeiros registros existentes de Ouro preto. Detalhe do Solar dos Ferrão (Clube XV de Novembro), ainda com existência do mirante no terceiro andar.

Fonte: Arquivo Público Mineiro

<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>

Data: Provável 1875



Fig.55. Detalhe da fachada frontal sede no Clube XV de Novembro na década de 30

Fonte: Arquivo Fontana IFAC

Neste mesmo período existia na cidade um clube de estudantes denominado “Charleston”, que necessitava de um local onde se pode ser realizado seus eventos sociais. Com o objetivo de utilizar o espaço este clube assumiu o casarão reconstruindo

o imóvel e pelo feito realizado recebeu do prefeito da época o direito de utilizar o espaço em regime de *enfiteuse*¹⁴ (aforamento, aluguel perpétuo).

Este fato ocorreu no ano de 1924 (Fig.56), e desde então o casarão abriga eventos sociais do bairro, por possui um espaço bem amplo pode também ser utilizado outras funções como bar e creche.

A relação ao nome que recebeu, este se deve ao fato de que no período de sua criação aproximava-se a data de comemoração da Proclamação da República (Fig.57), tendo sido este nome XV Novembro escolhido em homenagem a data comemorativa histórica.



Fig.56 Placa de reconhecimento do casarão, projeto museu aberto- cidade viva.
Autoria: Roberta Silva
Data: Novembro 2015



Fig.57 Placa de identificação do clube.
Autoria: Roberta Silva
Data: Novembro 2015

¹⁴Direito real em contrato perpétuo, alienável e transmissível para os herdeiros, pelo qual o proprietário atribui a outrem o domínio útil de imóvel, contra o pagamento de uma pensão anual certa e invariável; aforamento.

2.3.2 Caracterização e aspectos formais e estilísticos

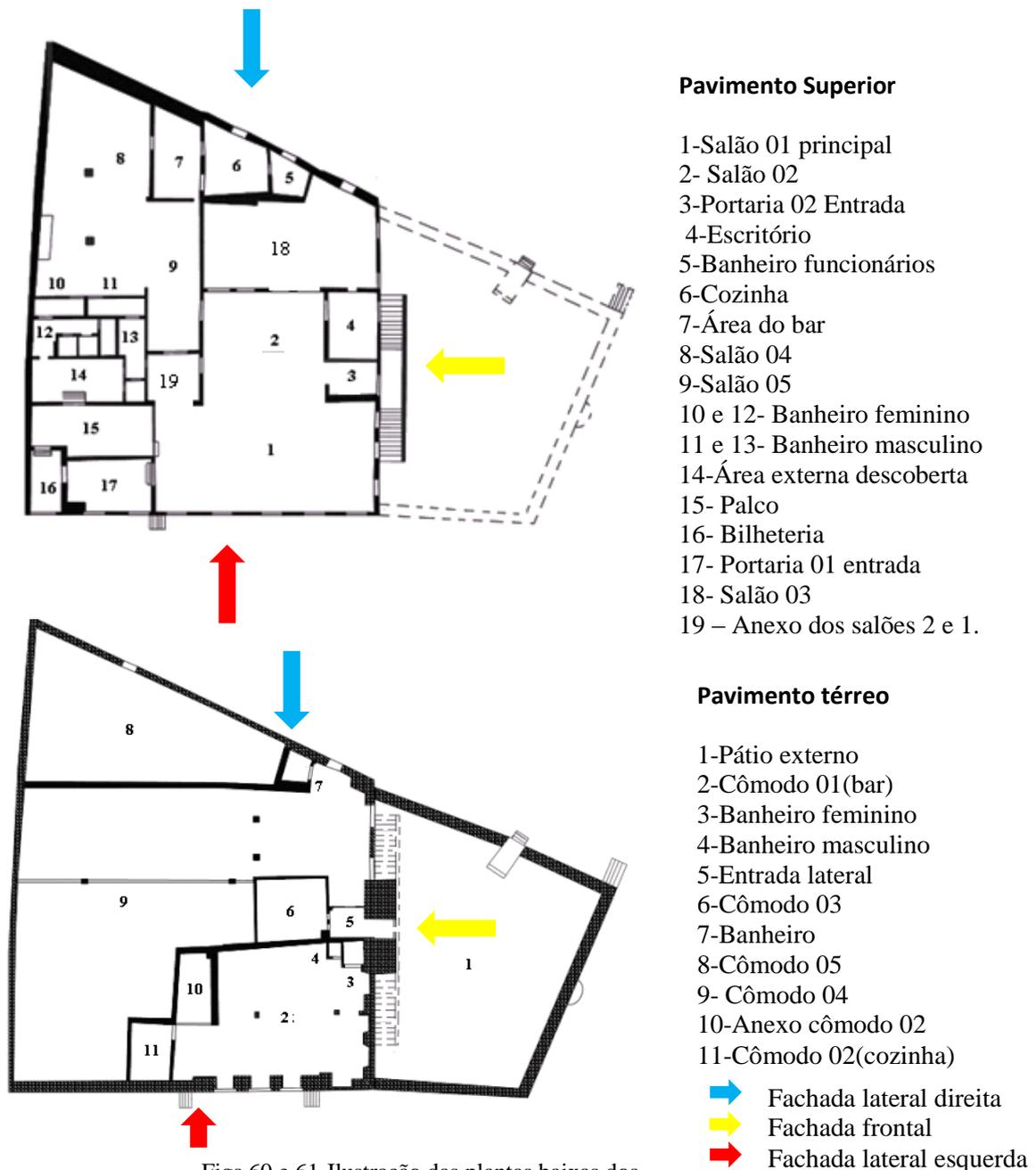


Fig.58-Casarão do Clube XV de Novembro, fachada frontal.
Autoria: Roberta Silva
Data: Março 2016.



Fig.59-Casarão do Clube XV de Novembro, fachada lateral esquerda.
Autoria: Roberta Silva
Data: Março 2016

O casarão que abriga o Clube Recreativo XV de Novembro é um exemplar da arquitetura colonial remanescente do século XVIII, edificado em dois pavimentos em um terreno em declive com formato retangular (trapezoidal). Suas dimensões são amplas configuradas em espaços diversos que permite usos distintos, sendo utilizado atualmente como espaço social para eventos no pavimento superior, e no piso térreo dividido em duas áreas sendo a parte frontal (ladeira Santa Efigênia) destinado ao uso comercial (bar) e na parte posterior (lado Escola Marília de Dirceu), atividade esportiva (Jiu Jitsu).



Figs 60 e 61-Ilustração das plantas baixas dos dois pavimentos.

Autoria: Roberta Silva
Data: Março 2016

A edificação sofreu diversas intervenções ao longo dos anos o que acabou por comprometer a sua originalidade, mas do que se pode observar ainda existem elementos estilísticos em sua arquitetura que a caracterizam como um exemplar do período.

A fundação corrida de pedra (Fig.62) em toda a extensão ocupa toda a área do terreno sem afastamento do limite da rua (Fig.63), vai desde o pátio externo até cômodo cinco do pavimento térreo, presença também de pilares em alvenaria de pedra (Fig.64) e de tijolo (Fig.65) como base sustentação.



Fig. 62-Embasamento em pedra
Autoria: Roberta Silva
Data: Março 2016



Fig. 63-Edificação construída no limite com a rua
Autoria: Roberta Silva
Data: Março 2016



Fig. 64-Viga de sustentação em alvenaria de pedra
Autoria: Roberta Silva
Data: Março 2016



Fig. 65-Viga de sustentação em alvenaria de tijolo
Autoria: Roberta Silva
Data: Março 2016

As paredes do pavimento superior foram construídas em pau-a pique (Fig.66), sendo que quase todas da área interna foram substituídas por alvenaria de tijolo. Apresenta revestimento de reboco e pintura em tom branco nas laterais e em seu interior variando entre os tons brancos, verde e rosa (Fig.67).



Fig.66-Detalhe da estrutura em pau- a –pique exposta no escritório primeiro pavimento
Autoria: Roberta Silva
Data: Março 2016



Fig.67-Paredes internas pintadas em tom verde e rosa.
Autoria: Roberta Silva
Data: Março 2016

As esquadrias são em madeira, com exceção da primeira porta do pavimento superior lateral esquerda e as três do pavimento térreo também da lateral esquerda que possuem enquadramento em alvenaria de pedra (Fig.68), as janelas em sua maioria são com tipologia guilhotina com caixilhos de vidro em alguns casos possui duas folhas em madeira (Fig.69), encontram-se também basculantes de metal e vidro (Fig.70) as portas também em madeira com exemplares de uma e duas folhas (Fig.71).



Fig.68-Enquadramento das portas em alvenaria de pedra.
Autoria: Roberta Silva
Data: Março 2016



Fig.69-Janelas tipo guilhotina com enquadramento em madeira fachada frontal.
Autoria: Roberta Silva
Data: Março 2016



Fig.70-Basculante de metal com vidro
Fonte: Roberta Silva
Data: Março 2016



Fig.71-Porta em madeira com duas folhas.
Fonte: Roberta Silva
Data: Março 2016

A cobertura (Fig.72) apresenta telhados independentes, um para cada volume, em duas e três águas, com cumeeira perpendicular à fachada frontal e beirais “encachorrados” (Fig.73). Cobertura em telhas cerâmicas do tipo capa e bica, podendo ainda ser vistas telhas de barro de sua tipologia original.

Existem ainda telhas transparentes (Fig.74) que permitem a passagem da luz natural para o interior da edificação através de duas claraboias. Observa-se ainda a presença de uma estrutura de cobertura em concreto (onde se localiza os banheiros), que serve de base de sustentação das três caixas d’água.

Nota-se também a mesma tipologia de cobertura sobre a extensão do muro que ladeia o pátio externo.

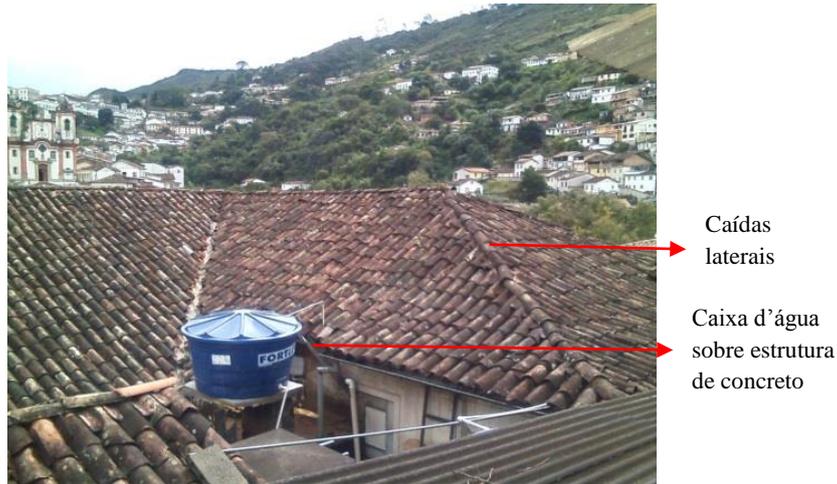


Fig.72- Vista parcial da cobertura
 Autoria: Roberta Silva
 Data: Março 2016



Fig.73- Detalhe do acabamento da cobertura
 Autoria: Roberta Silva
 Data: Março 2016



Fig.74- Telhas transparentes permite a passagem da luz natural.
 Autoria: Roberta Silva
 Data: Março 2016

A fachada frontal é composta de uma porta larga central em tom verde no primeiro pavimento constituída de duas folhas em madeira, verga em arco abatido, e enquadramento em madeira e uma no segundo pavimento com estrutura mais estreita em metal com grades em tom branco.

As esquadrias (oito no total) sendo três dispostas de cada lado da porta central no primeiro pavimento, e duas do lado direito no segundo pavimento são do tipo guilhotina, apresentam verga em arco abatido e enquadramento em madeira (as janelas do lado direito do pavimento superior possuem duas folhas e as do mesmo lado no pavimento inferior além de folhas possuem grades), observa-se ainda a simulação (pintada) de outras duas janelas do lado esquerdo (Fig.76), que anteriormente foram

vedadas com argamassa, todas as esquadrias encontram- se pintadas em tom de verde escuro, as paredes são brancas com a presença de cunhais laterais (Fig.75).

Há ainda a presença de uma escada bifurcada (Fig. 77), que dá acesso ao pavimento superior. O estado de conservação visto de longe e considerado regular uma vez que recentemente a edificação passou por um processo de pintura, o que de certa forma disfarça o real estado de conservação do casarão. Observa-se o antes e depois do processo de restauro do chafariz de Marília de Dirceu (Fig.75), e o quanto a deterioração do mesmo, influência na fachada do objeto de estudo.



Fig.75-Fachada frontal
Autoria: Roberta Silva
Data: Março 2016



Fig.76- Simulação (pintada) de duas janelas
Autoria: Roberta Silva
Data: Março 2016



Fig.77-Escadaria de acesso ao primeiro pavimento
Autoria: Roberta Silva
Data: Março 2016

A fachada lateral esquerda (Fig.78) do casarão apresenta uma estrutura alongada sem recuo da edificação vizinha e nem do limite da rua separada apenas por um passeio. Seus traços são retos, com presença de vãos compostos de portas largas sendo duas do primeiro pavimento constituídas de duas folhas em madeira, verga em arco abatido, a primeira porta possui enquadramento em cantaria e a segunda em madeira (na segunda porta observa-se um pequeno portão de madeira) e três do segundo pavimento com a mesma tipologia e enquadramento em cantaria. As esquadrias seis no total estão dispostas no primeiro pavimento, são do tipo guilhotina, apresentam verga em arco abatido e enquadramento em madeira (apenas a primeira janela da esquerda possui folhas).

Todas as esquadrias encontram-se pintadas em tom de verde escuro, as paredes são brancas com a presença de um cunhal do lado direito do primeiro pavimento também pintado de verde, lateralmente as portas do pavimento inferior observa-se a presença de três orifícios utilizados como entrada de ar. Na extensão da fachada encontra-se a estrutura do muro de pedra, pintado em tom de branco e coberto por telha tipo capa - canal que ladeia o pátio frontal da edificação observa-se ainda uma portada (Fig.79), cega em cantaria que possivelmente foi uma entrada lateral.



Fig.78-Fachada lateral esquerda
Autoria: Roberta Silva
Data: Março 2016



Fig.79-Muro na extensão da fachada lateral esquerda
Fonte: Roberta Silva
Data: Março 2016

A fachada lateral esquerda (Fig.80), da edificação apresenta uma estrutura retangular irregular com estrutura diferenciada entres os pavimentos, sendo o superior em pau-a pique revestido pintado em tom branco e o inferior em pedra estando está exposta (Fig.81). A presença de vãos na estrutura sendo duas de porta que dão acesso ao primeiro pavimento, à primeira pintada em tom verde escuro, possui estrutura em madeira com verga reta e enquadramento também em madeira a segunda respectivamente em madeira pintada em tom azul claro com verga reta sem enquadramento. No pavimento superior observam-se estruturas de janelas em estilo basculante, sendo um menor ladeado por dois de tamanho maior.

Na extensão da fachada encontra-se a estrutura do muro de pedra, pintado em tom de branco e coberto por telha cerâmica que ladeia o pátio frontal da edificação, com acesso por um portão em metal pintado em tom verde escuro.

A fachada lateral faz divisa ainda com o jardim da escola estadual “Marília de Dirceu”, sendo separadas por uma via sem saída que dá acesso ao estacionamento da escola.

Portão de acesso ao pátio



Fig.80-Fachada lateral direita
Autoria: Roberta Silva
Data: Março 2016



Fig.81-Estrutura em pedra, exposta.
Fonte: Roberta Silva
Data: Março 2016

Em seu interior a edificação apresenta tipos variados de piso sendo em taco de madeira no primeiro salão (Fig.82) e palco (Fig.83) (pavimento superior), tabuado nos salões dois e três (Fig.84), portaria dois e escritório, azulejo cerâmico nos banheiros, área do bar (Fig.85), cozinha, anexo e salões quatro e cinco (primeiro pavimento), cômodos um, dois e três (térreo) pedra na portaria (Fig.87), um cimento queimado na bilheteria e palco e cimento na área descoberta e salão quatro do pavimento térreo e

existe ainda um espaço externo da casa (Fig.87), totalmente pavimentada com pedras, irregulares.



Fig.82-Piso em taco de madeira salão 01
pavimento superior
Autoria: Roberta Silva
Data: Março 2016



Fig.83-Piso em taco e cimento queimado,
palco pavimento superior.
Autoria: Roberta Silva
Data: Março 2016



Fig.84-Piso em tabuado salão 02
pavimento superior.
Autoria: Roberta Silva
Data: Março 2016

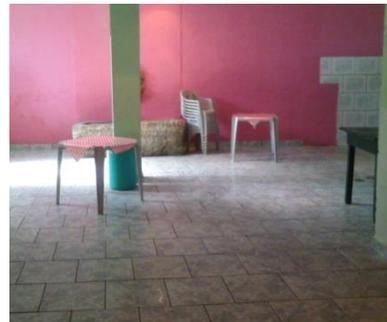


Fig.85-Piso cerâmico salão 04
pavimento superior.
Autoria: Roberta Silva



Fig.86-Piso em pedra entrada 01
pavimento superior.
Autoria: Roberta Silva
Data: Março 2016



Fig.87-Piso pedra irregular pátio externo
Autoria: Roberta Silva
Data: Março 2016

Assim como os pisos os forros também se apresentam em tipologias variadas, o do primeiro salão (pavimento superior), considerado o mais antigo em saia e camisa (Fig.88), forro tipo lambri¹⁵em madeira (Fig.89), nos salões 2 e 3, portaria dois, escritório, área do bar, portaria 01, bilheteria, cômodos 1, 2 e 3 do térreo, laje em concreto (Fig.90), armado nos banheiros do primeiro pavimento, cômodo 1, 2 e anexo do pavimento térreo, forro em PVC (com duas aberturas de claraboia) (Fig.91) na área do bar, salão 4 e cozinha e forro em gamela treliça (Fig.92) no palco.



Fig.88-Forro tipo saia camisa salão 01
pavimento superior
Autoria: Roberta Silva
Data: Março 2016



Fig.89-Forro em lambri, cômodo 04
pavimento térreo.
Autoria: Roberta Silva
Data: Março 2016

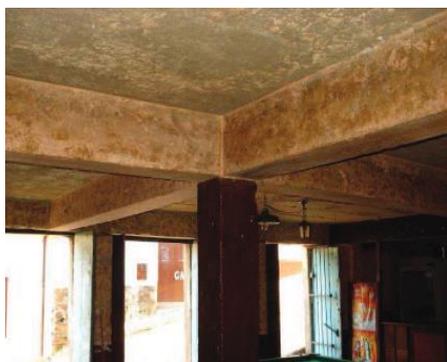


Fig.90-Forro em laje de concreto,
cômodo 01 pavimento inferior.
Autoria: Roberta Silva
Data: Março 2016



Fig.91-Forro em PVC, área do bar, salão
04 e cozinha.
Autoria: Roberta Silva
Data: Março 2016

¹⁵O lambri, ou forro, são réguas de madeira, gesso ou plástico pregados nos caibros do telhado ou tetos pelo lado de dentro do ambiente.



Fig.92-Forro treliça no palco do pavimento superior

Autoria: Roberta Silva
Data: Março 2016

No que diz respeito à divisão dos espaços (paredes) estes são em sua maioria em alvenaria de tijolo, com exceção de uma estrutura de madeira aparente, onde havia fechamento em pau-a-pique(Fig.93), ladeada por gradil, entre os salões 4 e 5 do pavimento superior e de madeira compensada nas laterais direita do escritório (pavimento superior) e lateral direita da entrada (pavimento térreo). Os tons de pintura das paredes variam entre o branco, verde e laranja descaracterizando este ainda mais a estética do imóvel.



Fig.93- Estrutura de madeira aparente, entre os salões 02 e 03, pavimento superior.

Autoria: Roberta Silva
Data: Março 2016

Existem ainda dois itens pertencentes ao interior do imóvel que merecem destaque, o primeiro trata-se de um chafariz em cantaria composto de bebedouro (Fig.93) para animais, que provavelmente é remanescente dos tempos em que o espaço

onde hoje se localiza o salão 04 seria uma área externa utilizada para abrigar os animais que pertenciam à família moradora. Este elemento possui um formato retangular e tem um mascarão também em pedra incrustada na parede com abertura de onde provinha a água. O segundo item é uma pintura (Fig.95) localizada sobre o balcão do bar, que aparentemente representa uma paisagem da cidade do Rio de Janeiro de autoria de Estevão com data de 1939.



Fig.94- Pintura sobre balcão do bar, que aparentemente representa uma paisagem da cidade do Rio de Janeiro.
Autoria: Roberta Silva
Data: Março 2016



Fig.95-Elemento integrado, chafariz com cocho .
Autoria: Roberta Silva
Data: Março 2016

2.4 DESENHOS TÉCNICOS

2.4.1 Levantamento Arquitetônico

2.4.2 Mapeamento de Danos